



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011788-69.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **ROSSANA SZEPILOVSKI**
 Requerido: **SLIM FORM CENTRO MÉDICO E NUTRICIONAL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido alguns produtos e serviços da ré, implementando os pagamentos correspondentes.

Alegou ainda que posteriormente comunicou à ré a desistência do negócio, mas a ré se negou a rescindir o contrato sem a aplicação da multa lá estabelecida.

Ressalvou que diante da discordância do valor da multa estipulada, requer a rescisão do contrato e a devolução do valor que desembolsou.

Em contestação a ré especificou que a devolução



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

do valor à autora teria os descontos estipulado em contrato a saber: 20% do valor do contrato no importe de R\$900,00, produtos adquiridos R\$1.800,00 e consulta médica no valor de R\$450,00, bem como, ressaltou que não se aplica ao caso a hipótese do art. 49 do CDC.

Reputo que a conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular.

Como visto a ré comprovou a relação contratual que rendeu legitimidades ao contrato discutido.

Não transparece excessiva a multa estipulada no contrato em questão, ressaltando que ela não tem o valor de R\$3.150,00 como indicado pela autora a fl. 01, mas sim R\$900,00.

Também evidente que no caso não se aplica a regra do art. 49 do CDC, eis que a compra foi realizada pessoalmente nas dependências da ré, inclusive com assinatura do instrumento respectivo, bem como, a manifestação da desistência foi posterior ao prazo estabelecido pelo citado artigo.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão vestibular, não se envolvendo irregularidade da ré que demandasse reparação da forma preconizada.

Nem se diga, por fim, que a aplicação ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC modificaria o quadro delineado, seja diante da presença de dados que atuam em favor da ré, seja em face da falta de outros que beneficiassem a posição da autora, ficando patenteado que a ré não obrou de maneira irregular, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 07 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**